



CAPITALIZAÇÃO

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0244088-83.2013.8.19.0001

APELANTE: Paulo Chaves da Silva

APELADO: Banco Bradesco S/A

RELATOR: Jds. Des. Ricardo Alberto Pereira

Ementa

Ação declaratória de relação contratual c/c restituição de indébito e dano moral. Constatação de descontos em conta referente a título de capitalização que o demandante afirma não ter aderido. Recurso de Agravo Retido pela parte ré contra a decisão que inverteu o ônus da prova. Sentença de improcedência, com condenação do autor nas penas de litigância de má-fé. Recurso sob a égide da Lei 5.869/73. Agravo Retido não conhecido. Descumprimento do artigo 523 § 1º do CPC/73. Manutenção da Sentença. Autor que pugna pela desconstituição da sentença afirmando, agora, vício de consentimento, asseverando que o contrato de título de capitalização fora imposto sem seu consentimento. Demonstrada inovação no apelo da parte autora, ao postular o reconhecimento de vício de consentimento no negócio jurídico (dolo), matéria que não foi objeto da inicial, infringindo assim as normas do artigo 515 do CPC/73. Descabida a modificação dos pedidos formulados na exordial, nos termos dos artigos 264 e 294 do CPC/73. Não conhecimento do recurso neste ponto. Flagrante alteração da verdade dos fatos pelo autor que pretende a declaração de relação contratual sob o argumento de que não teria aderido e posteriormente assevera a ocorrência de vício de contradição, restando evidenciado a litigância de má-fé pela parte autora com o intuito de locuplemento, devendo ser mantida o reconhecimento da litigância de má-fé. Não conhecer do Agravo Retido e conhecimento e desprovimento do recurso de Apelação.

Fonte: www.tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0003438-67.2011.8.26.0028

APELANTE: Sandra Barbosa de Souza

APELADO: Aplub Capitalização

RELATOR: Des. José Joaquim dos Santos

Ementa

Direito Civil. Responsabilidade Civil. Indenização por danos morais e materiais. Não configurados. Título de capitalização. Sorteio de prêmios. Erro gráfico.

1. Divulgação correta das dezenas. Erro de fácil percepção.
 2. Entrega do prêmio correspondente as dezenas sorteadas. Não configuração dos danos alegados.
 3. Aplicação do artigo 252 do regimento interno.
- Sentença mantida. Recurso improvido.

Fonte: www.tjsp.jus.br

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2100749-35.2016.8.26.0000**

AGRAVANTE: Planarcom Equipamentos e Serviços Ltda.

AGRAVADA: Bradesco Capitalização S.A.

RELATOR: Des. Pedro Kodama**Ementa**

Agravo de Instrumento. Ação de rescisão contratual c.c. resgate de título de capitalização e repetição do indébito. Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Estado de hipossuficiência econômica não demonstrado. Indeferimento mantido. Recurso não provido.

Fonte: www.tjsp.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Estado de Minas Gerais**APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0518.13.016981-7/001**

APELANTE: Alirio de Souza Teixeira

APELADO: Itaú Unibanco S/A

RELATOR: Des. Márcio Idalmo Santos Miranda**Ementa**

Direito do Consumidor e Processual Civil. Apelação Cível. Ação indenizatória. Responsabilidade civil. Aquisição de Título de Capitalização. Quitação mediante débito em conta bancária. Alegação de desconhecimento, pelo autor, da forma de pagamento. Prova em sentido contrário. Dívida comprovada. Exercício regular de um direito do credor. Improcedência do pedido.

1. A teor do disposto no art. 188, inciso I, do Código Civil, os atos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de direito não caracterizam ilícito.

2. Se o credor promove apontamentos restritivos de crédito fundados em dívida comprovadamente vencida e não quitada, age no exercício regular de seu direito ao incluir o nome de todos coobrigados, inclusive, dos fiadores, no rol dos inadimplentes, pelo que não há falar-se em obrigação de indenizar.

Fonte: www.tjmg.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Estado do Paraná**RECURSO INOMINADO Nº 0001948-97.2015.8.16.0173**

RECORRENTE: Maria Raimunda da Silva

RECORRIDO: Banco Santander S.A.

RELATOR: Juiz Marco Vinícius Schiebel**Ementa**

Ação declaratória e indenizatória. Descontos de valores referentes à título de capitalização na fatura de cartão de crédito. Reclamante afirma que não contratou ou autorizou os descontos. Reclamado apresenta gravação em que a reclamante anui com a contratação. Sentença de improcedência mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Fonte: www.tjpr.jus.br



LEGISLAÇÃO

Federal

Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016 - *Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.*

Decreto nº 8.768, de 11 de maio de 2016 - *Altera o Decreto nº 8.634, de 12 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP.*

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Deliberação nº 753, de 10 de junho de 2016 - *Estabelece critérios para dispensar as sociedades seguradoras, resseguradores, entidades abertas de previdência privada e instituições financeiras do registro de administrador de carteira de valores mobiliário.*

Conselho Monetário Nacional – CMN

Resolução nº 4.484, de 06 de maio de 2016 - *Altera o Regulamento anexo à Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); e a Resolução nº 3.042, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras especializadas em seguro saúde, bem como acerca da aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.*

Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP

Resolução CNSP nº 338, de 09 de maio de 2016 - *Dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP.*

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Circular nº 536, de 06 de maio de 2016 - *Dispõe sobre o pedido de revisão em processo administrativo sancionador, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 243/2011.*

Circular nº 538, de 25 de maio de 2016 - *Altera o prazo previsto no artigo 3º da Circular SUSEP nº 533, de 17 de março de 2016.*

PROJETOS DE LEI

Senado Federal

Em tramitação:

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, do Deputado Bernardo Ariston - *Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências.* Em 31/05/2016, a matéria foi



devolvida ao Relator da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Romero Jucá, em virtude da sua volta à referida Comissão.

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2016, do Senador Paulo Paim- *Altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para exigir que os títulos de capitalização passem a ser comercializados com mais transparência.* Em 16/05/2016, a matéria aguarda redistribuição, em virtude de o Senador Blairo Maggi ter se afastado para assumir o cargo de Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, do Senador Vital do Rêgo - *Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.* Em 02/06/2016, foi designando o Senador Ricardo Ferraço para relatar a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2016, do Senador Davi Alcolumbre – *Regulamenta o serviço de Call Center e estabelece penalidades nos casos que menciona.* Em 23/06/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 01-T, 02-T e 03-T, de autoria do senador Cristovam Buarque. Matéria aguardando designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, do Senador Antonio Carlos Valadares - *Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.* Em 02/06/2016, foi designando o Senador Ricardo Ferraço para relatar a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

Câmara dos Deputados

Em tramitação:

Projeto de Lei nº 3555-A, de 2004, do Deputado José Eduardo Cardozo - Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado e revoga dispositivos do Código Civil, do Código Comercial Brasileiro e do Decreto-Lei nº 73 de 1966. A tramitação permaneceu inalterada.

Projeto de Lei nº 3498, de 2008, do Poder Executivo - Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, e dá outras providências. Em 08/06/2016, o projeto foi retirado da pauta da Comissão de Defesa do Consumidor, de ofício, a pedido do Deputado Júlio Delgado. Em 14/06/2016, o Deputado Vinícius Carvalho, relator da matéria na Comissão de Defesa do Consumidor, apresentou parecer pela rejeição deste, e da Emenda nº 01/2008, apresentada na CDC. Em 21/06/2016, o parecer foi aprovado e o projeto foi recebido na Comissão de Finanças e Tributação.

Projeto de Lei nº 4060, de 2012, do Deputado Milton Monti - *Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providências.* Em 04/05/2016, foi apresentado pelo Deputado Sóstenes Cavalcante, relator da matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, parecer pela aprovação do projeto, com emendas. Em 01/06/2016, foi aprovado Requerimento para a realização de audiência pública para debater o projeto.

Projeto de Lei nº 5127, de 2016, do Deputado Lucas Vergílio - *Inclui o parágrafo único ao art. 78 e modifica a redação do caput do art. 126, com a inclusão dos §§ 1º e 2º, ambos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.* Em 08/05/2016, aguardava designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação.

Projeto de Lei nº 5277, de 2016, do Poder Executivo - *Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros.* 24/05/2016 o Deputado Lucas Vergílio foi designado relator da matéria na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em 08/06/2016, foi encerrado o prazo para apresentação de emendas ao projeto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, foram apresentadas 2 emendas.

Projeto de Lei nº 5276, de 2016, do Poder Executivo - *Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural.* Em 15/06/2016, foi designado o Deputado Sandro Alex como relator da matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática..

